EDITORIAL

Na última década, o direito à educação de pessoas jovens e adultas tem sido reafirmado no Brasil, por meio de iniciativas que buscam concretizar as disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDN/1996) e as determinações da Constituição Federal de 1988, em relação ao direito universal à educação. Mais do que buscar garantir a oferta e a permanência da educação formal, normas, programas e projetos foram elaborados e indicam o reconhecimento, por parte do Estado, da diversidade do público da educação de jovens e adultos e, consequentemente, a especificidade de suas demandas educativas.

Assim, podemos destacar a Emenda Constitucional 53/2006, que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), assegurando financiamento público para o ensino médio e a modalidade Educação de Jovens e Adultos - EJA; a Emenda Constitucional 59/2009, que garante aos estudantes jovens e adultos o acesso a livro didático, merenda escolar e transporte; a Resolução nº 2 (CEB/CNE/2010), que determina a oferta da modalidade EJA nos estabelecimentos prisionais e a Lei 12.433/2011, que estabelece remição da pena pelo estudo.

Paradoxalmente, é nesse contexto que, de acordo com dados do Censo Escolar (MEC/INEP- 2010/2015) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2014 – IBGE), o País assiste à redução de 970 mil matrículas na EJA, entre 2009 e 2014, e à lenta redução da taxa de analfabetismo, de 10,3% em 2006 para 8,3%, em 2014, totalizando, nesse ano, 13,1 milhões de pessoas acima de 15 anos que estão impedidas de fazer uso da leitura e da escrita. Considerada a demanda potencial desse grupo apenas por ensino fundamental, ainda segundo a PNAD/2014, há 44,6 milhões de pessoas, com cobertura de apenas 10,7%.

As razões para essa aparente contradição desafiam o campo das políticas públicas e da pesquisa, o que levou a Revista Olh@res a organizar o **Dossiê Temático Jovens e Adultos na Educação: Contextos, Práticas e Políticas**, apresentado nesta edição.

A publicação traz um conjunto de artigos e relatos de experiência, que analisam, propõem recomendações e estimulam novas reflexões sobre políticas e práticas destinadas a garantir os direitos educativos de pessoas jovens e adultas, considerando as

dimensões da educação formal e não formal, no território nacional e também em âmbito internacional.

Iniciando o debate, Debora Cristina Jeffrey e Sandra Fernandes Leite propõem analisar a qualidade da modalidade EJA, em Campinas (SP), por meio das percepções dos docentes, utilizando indicadores que permitem avaliar das políticas às práticas pedagógicas. Considerando a distância entre demanda e oferta, Vanessa Elsas apresenta reflexões sobre uma experiência de modelo escolar implantado na cidade de São Paulo, com vistas a atender algumas das condições específicas do público da EJA.

Enfrentando um dos principais desafios para a concretização da EJA como modalidade específica da Educação Básica, três artigos abordam a formação inicial e continuada de docentes. Tatiane Carvalho, Dayane Almeida e Maria Eduarda Gomes, depois de analisarem diferentes experiências, apontam a formação específica como condição essencial para atender à diversidade das trajetórias pessoais e profissionais dos educandos. Sergio Eugenio Menino, Eva Belezia, Helena Peterossi e Senira Fernandez, ao estudarem um curso de Pós-Graduação em Aperfeiçoamento para docentes da EJA, refletem sobre as possibilidades e os limites da Educação a Distância – EAD na formação docente. Em outro sentido, Bruno dos Santos Joaquim e Lucila Pesce apresentam um balanço da produção de conhecimento sobre o uso pedagógico das Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDIC) nas salas de aula de EJA, concluindo pela urgente necessidade de formação inicial docente nesse campo.

Já situando as especificidades dos educandos da EJA, que se traduzem em desafios para as políticas e práticas educativas, Malory Leclère e Laurence Le Ferrec discutem procedimentos de ensino, que rompem com as abordagens destinadas às crianças, no processo de aprendizagem da escrita e consideram o desenvolvimento das competências sociocomunicacionais. Na mesma perspectiva, Marta Lima de Souza, com base nos conceitos de linguagem e letramento, propõe que a alfabetização de adultos priorize a oralidade, a leitura e a escrita, partindo de textos sociais, a fim de que a EJA contribua com a emancipação dos sujeitos envolvidos. Analisando o sentido da alfabetização para os educandos, Emília Maria Prestes e Maria de Fátima Catão concluíram que a aprendizagem configura-se como possibilidade de o indivíduo jovem e adulto concretizar desejos e necessidades cotidianas, transformando-se em um ser social e humano mais digno, feliz e incluído socialmente.

Considerando que, na Educação de Jovens e Adultos, o termo "educando" abarca múltiplas características etárias, de pertencimento étnico-racial, condições de vida e trabalho, identidade de gênero, entre outras, o Dossiê apresenta um conjunto de artigos que põe em evidência grupos específicos que constituem o público dessa modalidade, problematizando tanto o reconhecimento das identidades, como as especificidades requeridas nas condições de ensino e aprendizagem.

Assim, Cleonice Silva analisa um programa governamental, que busca articular diferentes áreas da administração pública, com vistas à elevação da escolaridade de mulheres em condições socioeconômicas desfavoráveis. Raíza de Souza e Márcia Vieira analisam as expectativas e o sentido da educação para jovens e adultos que frequentam a EJA, em um assentamento rural de São Paulo. Os limites e as possibilidades da educação no contexto prisional são abordados por Arlindo Lourenço. Por fim, Roberto Catelli Jr. e Michele Escoura destacam o desafio da inclusão do grupo de pessoas LGBT, especialmente travestis e transexuais, na agenda de debate, pesquisa e ação da Educação de Jovens e Adultos.

Na seção "Entrevista", Paul Bélanger, professor da Universidade do Quebec, faz um balanço da Educação de Jovens e Adultos, em âmbito internacional. O pesquisador, que foi presidente do Conselho Internacional de Educação de Adultos entre 2000 e 2012, aponta como principais desafios para essa modalidade a compreensão das demandas educativas dos adultos, considerando as expectativas da sociedade, mas, principalmente, dos indivíduos; a revalorização da Educação Popular e a atenção às pessoas da terceira idade.

O tema da diversidade retorna a essa edição da Olh@res **na seção Artigos**, que contém os artigos de fluxo contínuo. Flávio Santiago reflete sobre a construção de práticas pedagógicas em creches, referenciadas nos princípios apontados nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira. Com foco no ensino universitário, Maria Clara Ribeiro discute o Letramento Acadêmico para surdos, usuários de português como segunda língua.

Encerrando a publicação de artigos, a formação continuada de professores de matemática é analisada por Patrícia Pereira, Susimeire Andrade e Adriana Miola, que realizaram pesquisa sobre a produção de conhecimento nesta área em programas de pós-graduação da região Centro-Oeste do País.

Nos Relatos de Experiência, Flávia Fagundes e Fernando Oliveira Neto apresentam iniciativa desenvolvida no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, envolvendo vivências musicais com crianças do 2º ano do Ensino Fundamental.

A formação de educadores para a Educação de Jovens e Adultos foi tema da experiência de estágio relatada por Conceição Paludo e Lígia Carlos, como parte do processo de formação inicial desenvolvido no Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação (FaE) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Elisangela Costa, Jacqueline Freire, Ana Paula Caiado e Sinara de Almeida analisam o Curso de Atualização em Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Diversidade(s), oferecido a educadores da EJA de municípios do Ceará, no âmbito das ações de extensão desenvolvidas pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Por fim, Alessandra Almeida e Eliete Aparecida de Godoy relatam a experiência da produção de narrativas autobiográficas de alunos na Educação de Jovens e Adultos (EJA), como prática pedagógica adotada por uma rede de ensino municipal.

Encerrando a publicação, Timothy Ireland, professor da Universidade Federal da Paraíba, apresenta a resenha da obra **A EJA em Xeque - Desafios das políticas de Educação de Jovens e Adultos no século XXI,** organizada por Roberto Catelli Jr., Sérgio Haddad e Vera Masagão Ribeiro, e publicada em 2014 pela Global Editora. O autor considera que os estudos que integram a obra "ajudam a entender porque a EJA está em crise, mas sem deixar de contribuir pistas que podem nos ajudar a sair da crise". E destaca quatro dimensões da política de EJA que exigem prioridade: juventude, gênero e raça, idade/envelhecimento.

Nossa expectativa é que este número da Olh@res contribua com o processo de reflexão e superação dos desafios que impedem a efetivação dos direitos educativos de jovens e adultos, tratados de diferentes maneiras ao longo a publicação.

Boa leitura!

Mariângela Graciano
Regina Cândida Ellero Gualtieri
Érica Aparecida Garrutti De Lourenço
Da Equipe Editorial